

RUBEM BRAGA

## "OPEN QUESTION" ETC.

UM leitor se manifesta indignado com essa questão da «open question». Está acompanhando o inquérito parlamentar sobre petróleo, e volta e meia ouve falar disso como de algo muito grave e mesmo vergonhoso. Por que a comissão não usa meios coercitivos para pôr tudo em pratos limpos? E pergunta se eu sei do que se trata, e porque não escrevo sobre.

Procure o Lacerda — é a minha resposta — pois foi ele quem começou com essa história. Eu por mim confesso que sei alguma coisa sobre o assunto. Vamos supor, por exemplo, que eu tivesse ouvido uma conversa de bar entre dois americanos que não imaginavam que eu entendesse a língua deles. Na verdade sou meio mouco para línguas dos outros; mas nesse caso o prestígio da palavra «oil» misturada a alguns nomes próprios em português teria me aguçado as ouças. Se essa versão não presta, escolham outra; a verdade é que essa «open question» é das mais fechadas que há. Ao menos para mim, que tenho amigos metidos nela. Bem pesadas as coisas, o caso é vulgar, e afinal não deu em nada. Além disso não envolveu ninguém do governo, nem mesmo do BNDE.

Pois o ponto é este. Que homens de negócios discutam negócios e cada um vise seu lucro sem pensar em nada mais — é normal. Que um homem de negócios tenha sensibilidade patriótica e discernimento cívico para meditar, antes de fazer uma proposta, se ela consulta os altos interesses nacionais, isso seria estimável, mas creio que não temos o direito de lhe pedir isso. E' ao homem do governo que cabe essa vigilância. Estamos vendo, nesse caso do petróleo da Bolívia, que ela falhou, ou ia falhando (pois é muito tempo de consertar tudo). Não digo nem presumo que alguém tenha comido «bola», e sinceramente, por alguns conhecimentos pessoais que tenho, acredito que não. Mas que o BNDE ia jogando fora todas as vantagens que a nossa diplomacia conseguiu salvar de suas longas e nem sempre felizes negociações com a Bolívia, isso quem o diz não é mais apenas o apagado Braga, é também o venerando ministro Macedo Soares, que sofreu tanto calor e incômodo na fronteira. E que ficou triste ao ver esse honrado suor ir sendo canalizado, em maior parte, para o bôlso norte-americano.

A Câmara está trabalhando bem no caso; dentro de poucos dias o presidente Juscelino já terá dados mais que suficientes para ver que o Brasil ia sendo levado a uma atitude de demissão de seus direitos e responsabilidades no Continente.

Concordar com o tal «financiamento aleatório» é seguir o caminho do derrotismo e da renúncia: seremos o terceiro sócio, o mais desarmado de garantias em um negócio em que assumimos obrigações tão grandes como a construção de um oleoduto de 150 milhões de dólares!

A bitola estreita do raciocínio bancário do infra-desenvolvimento é tudo que pode haver de mais estranho e contrário a qualquer idéia de ação continental. Quem não quer se molhar de maneira alguma, que não saia de casa: sempre pode chover. Com a mentalidade angustiosa de fabricantes de posturas municipais é que não podemos atravessar fronteiras.

Os capitalistas brasileiros que realmente quiserem inverter dinheiro na Bolívia em uma operação arriscada, mas promissora, devem ter facilidades cambiais do governo. Este pode e deve fornecer-lhe as divisas que ele próprio se dispunha a gastar quando insistia junto ao governo boliviano pela outorga da concessão à Petrobrás. Só passado o período de risco é que financiamento estrangeiro razoável poderá ser obtido em condições compatíveis com nosso interesse.

Tão audacioso para empreender Brasília, gostará o presidente Juscelino de aparecer até o fim deste século, nesse caso da Bolívia, como o presidente que desistiu, o que entregou a rapadura, o que se deixou dominar por conselheiros timoratos de mentalidade distrital?